

TERMO DE REFERÊNCIA

AQUISIÇÕES

Coordenação Geral de Infraestrutura dos Campi/COGIC  
PREGÃO Nº 0/2023.  
(Processo Administrativo n.º 25389.000121/2023-70 )

1. **DO OBJETO**

1.1. Registro de preços para aquisição de **GASES ESPECIAIS DIVERSOS** fornecidos em cilindros em regime de comodato, sem ônus à contratante, conforme condições, quantidades e exigências, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes (quando for o caso), estabelecidas neste instrumento:

1.1.1. **QUANTIDADE TOTAL LICITADO (ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE):**

Previsão de consumo de gases especiais				Consumo	R\$	
Item	Código CATMAT	Descrição	Unidade Medida	Anual	R\$ Unitário	R\$ Total Anual
01	377322	AR SINTÉTICO 5.0 – (O2+N2), cilindro tipo “T” 9,6 m³ <b>Complemento:</b> NÚMERO DO CAS: 132259-10-0.	m³	345	R\$ 48,20	R\$ 16.629,00
02	368667	ARGÔNIO AR99,999 - UP (ULTRAPURO), Cilindro tipo “T” (10,0m3) <b>Complemento:</b> NÚMERO DO CAS: 7440-37-1	m³	360	R\$ 66,64	R\$ 23.990,40
03	381871	HIDROGÊNIO 6.0 – UP (ULTRA PURO), cilindro tipo “T” (7,2 m3) <b>Complemento:</b> Número do CAS: 1333-74-0	m³	172	R\$ 64,92	R\$ 11.166,24
04	366180	NITROGÊNIO N2 ULTRA PURO 5,0 (99,999%). Cilindro tipo “T” (9,0m3). <b>Complemento:</b> NÚMERO DO CAS: 7727-37-9	m³	324	R\$ 83,90	R\$ 27.183,60
Valor Total:						R\$ 78.969,24

1.1.2. **QUANTIDADE POR LOCALIDADE DE ENTREGA E RESPECTIVO ENDEREÇO DO ÓRGÃO GERENCIADOR:**

1.1.2.1. **Prédio do Centro de Pesquisa COVID-19, localizado na Av. Brasil 4.036, Manguinhos, Rio de Janeiro - RJ:**

Previsão de Consumo de Gases Especiais				Consumo		
Item	Código CATMAT	Descrição	Unidade	Mensal	Anual	Quantidade de Cilindros para Reposição
01	377322	AR SINTÉTICO 5.0 – (O2+N2), cilindro tipo “T” 9,6 m³ <b>Complemento:</b> NÚMERO DO CAS: 132259-10-0.	m³	28,8	345	3
02	368667	ARGÔNIO AR99,999 - UP (ULTRAPURO), Cilindro tipo “T” (10,0 m3) <b>Complemento:</b> NÚMERO DO CAS: 7440-37-1	m³	30,0	360	3
03	381871	HIDROGÊNIO 6.0 – UP (ULTRA PURO), cilindro tipo “T” (7,2 m3) <b>Complemento:</b> Número do CAS: 1333-74-0	m³	14,4	172	2
04	366180	NITROGÊNIO N2 ULTRA PURO 5,0 (99,999%). Cilindro tipo “T” (9,0m3). <b>Complemento:</b> NÚMERO DO CAS: 7727-37-9	m³	27	324	3

1.2. Qualquer divergência entre as especificações dos materiais no COMPRASNET/SIASG/CATMAT e o Termo de Referência, prevalecerá às especificações constantes do Termo de Referência.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contados do pedido da contratante ou da data consignada na cláusula de vigência contratual, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

## **2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A aquisição de **GASES DIVERSOS** se faz necessária para atendimento das demandas do Centro de Pesquisa, Inovação e Vigilância em Covid-19 e Emergências Sanitárias, Biobanco e para a gestão de manutenção de equipamentos. A utilização de gases especiais em uma instituição de pesquisa é essencial e contínua e como resultado, auxiliará no objetivo principal das edificações de estimular a produção de conhecimentos técnico-científicos e desenvolvimento de agendas de pesquisas para o Sistema Único de Saúde (SUS) sobre Covid-19, doenças infectocontagiosas em geral, assim como possíveis emergências sanitárias futuras.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:**

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A escolha pela contratação através de registro de preços está fundamentada nos incisos II e IV, do artigo 3º do Decreto nº 7.892/2013.

## **4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

4.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 10.024 de 2019.

## **5. CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE**

5.1. A empresa classificada deverá apresentar:

5.1.1. Certificado de Cadastramento técnico Federal de Atividades Poluidoras ou Utilizáveis de recursos ambientais (IBAMA, (Lei 6.938/81).

5.1.2. Licença no INEA RJ, para empresas do Estado do Rio de Janeiro, caso o município não tenha órgão ambiental capacitado. (Conforme decreto Estadual nº 44.820/14 e resolução CONEMA nº 42/12). Para os municípios do Estados do Rio de Janeiro, que detenha órgão capacitado enviar a licença ambiental municipal.

5.1.3. Para a atividade de transporte também será exigido a mesma legislação pertinente, porém caso a empresa licitante classificada e ou vencedora não tenha tal documentação deverá emitir uma declaração, que no ato da entrega contratará uma empresa que detenha tais documentos. Se no momento da entrega a empresa for fornecer o objeto fora da legislação vigente sofrerá sanções administrativas contidas no Termo de Referência e no edital. Além da denúncia aos órgãos competentes.

5.1.4. Registro ou inscrição do responsável técnico, no Conselho Regional de Química (CRQ). (Lei 2.800/56 art. 27 e Lei 6.839 Art. 1º).

5.2. Caso o Licitante seja sediado fora do Estado Rio de Janeiro, apresentar, documento equivalente ao do subitem 5.1.2, do estado e/ou município de origem, ainda se for forçar de legislação Estadual e/ou Municipal for dispensado tal exigência fazer a devida comprovação.

5.3. Para o subitem 5.1.3, poderá apresentar somente a Autorização para Transporte Interestadual de Produtos Perigosos do IBAMA. Empresas sediadas fora Estado do Rio de Janeiro.

5.4. O subitem 6.1.1 todas as empresas deverão apresentar, sem exceção, conforme lei 6.938/81 art. 17.

5.5. Todos os documentos se possíveis poderão ser retirados pela internet para comprovação, dispensando assim o envio pelo sistema, pelo Pregoeiro.

5.6. No que couber consta no item 4.0 dos estudos técnicos preliminares requisitos de critérios de sustentabilidade.

## **6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.**

6.1. O prazo de entrega dos materiais, para os itens 01, 03 e 04 são de 3 (três) dias úteis, para o item 02 é de 20 (vinte) dias, contados do pedido da Instituição, que será enviado por e-mail do fornecedor informado previamente para contato, em remessa única após cada pedido da instituição de acordo com as necessidades, quantidades solicitadas e respectivo endereço de entrega.

6.1.1. Havendo necessidade de prorrogação dos prazos acima, deverão ser encaminhados pelo fornecedor, além da justificativa, comprovantes, laudos, ou quaisquer documentos que ratifiquem o pleito.

6.1.2. Após análise da justificativa e dos documentos apresentados, fica a critério da Administração, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, a concessão de novo prazo, no limite daquele inicialmente estabelecido.

6.1.3. A concessão que trata o item acima não exclui a possibilidade de penalização por parte da Administração, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.2. As condições de solicitação do pedido, bem como entrega do material deverão obedecer às condições estabelecidas abaixo:

6.2.1. O endereço de entrega do órgão gerenciador está disposto no subitem 1.1.2.1, assim como os quantitativos estimados.

6.2.2. O pedido será enviado, endereço eletrônico ou portador, formulado por nota de empenho, cujo recebimento deverá ser formalmente confirmado pela contratada no prazo de até 01 (hum) dia útil (24h) (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.2.3. Apenas nos casos de emergência, o contato será feito através de telefone e/ou canais de comunicação de pronta resposta.

6.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **7. PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS AOS CILINDROS**

7.1. **Logística e operação dos cilindros :**

7.1.1. As localidades de entrega e respectivos endereços estão dispostas no item 1.1.2 (órgão gerenciador).

7.1.2. A contratada deverá atender a outras intenções de Unidades da Fiocruz ou outros Órgãos da Administração Pública Federal que tenham interesse em participar, respeitando as especificações contidas para cada cilindro, conforme especificação dada no momento da intenção de participação no IRP.

7.1.3. A contratada deverá ceder e manter os cilindros de acordo com a necessidade, que serão devolvidos em sua totalidade ao final da vigência da ata de registro de preços, depois de consumidos seus conteúdos. A quantidade de cilindros, a serem cedidos em comodato, informado nos quadros 1.1.2 são estimativos podendo sofrer alteração mediante necessidade no ato da solicitação. Quanto ao quadro 1.1.1 os quantitativos serão informados pelos órgãos participantes no momento da solicitação.

7.1.4. Todos os cilindros deverão estar em conformidade e devidamente identificados seguindo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

7.1.5. Os cilindros deverão dispor de capacete de proteção da válvula de manobra. As válvulas deverão vir devidamente lacradas.

7.1.6. Quando realizada as entregas, a contratada deverá dispor de mão-de-obra própria para as operações de carga, descarga, transporte e manuseio dos cilindros.

7.1.7. É de responsabilidade da contratada treinamentos básicos aos técnicos e/ou engenheiros das unidades para que em casos urgentes possam prestar o primeiro atendimento e/ou identificar falhas nos sistemas. Todo e qualquer treinamento ficará às expensas da contratada, não incorrendo ao contratante nenhum custo adicional pela realização das ações necessárias.

7.1.8. A contratada deverá retirar após o término do contrato os equipamentos por empréstimo, objeto deste comodato, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, a contar da comunicação por escrito do COMODATÁRIO, às expensas do contratado, ao término de sua utilização, sem custo ao Contratante.

## **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

8.1. São obrigações da Contratante:

8.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de validade;

9.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

9.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9.1.7. Reconhecer todos os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa do contrato, com a finalidade de que a Administração não sofra solução de continuidade nas suas atividades.

9.1.8. Responsabilizar-se pela correta entrega do material dentro prazo estabelecido no presente Termo de Referência;

9.1.9. Responsabilizar-se pelas providências administrativas e pelos pagamentos de frete, seguro, eventuais autorizações para trânsito do material, bem como, pelo cumprimento de toda legislação geral e específica de transporte para o item transportado.

9.1.10. Responsabilizar-se integralmente por quaisquer danos verificados no material ou provocados contra terceiros, até o momento em que o material esteja totalmente descarregado no local indicado pela COGIC, recebido nos locais de entrega descritos neste Termo de Referência.

9.1.11. A Contratada deverá se reportar dos Órgãos nos casos de fornecimento, retirada de cilindros ou qualquer outro material em comodato e aos referidos órgãos participantes quando a entregas em seus locais informados.

9.1.12. Deverá manter em perfeitas condições de segurança os cilindros, efetuando os testes de segurança exigidos pela legislação vigente, e substituindo-os quando necessário. Os itens deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, considerando seu aspecto físico e funcional.

9.1.13. Os transportes dos cilindros são de inteira responsabilidade da Contratada, até o local indicado pela contratante.

9.1.14. A Contratada deverá providenciar a calibração anual de todos os instrumentos de medição direta ou indireta de volume, massa, pressão ou vazão; empregados nos equipamentos cedidos à COGIC, e para os órgãos participantes, em caráter de comodato, independentemente de solicitação do Almoxarifado da COGIC e dos órgãos/unidades participantes e dos órgãos/unidades participantes. Os certificados deverão ser encaminhados ao Almoxarifado da COGIC no início do contrato, em relação ao órgão gerenciador. Enviar para os demais órgãos em relação ao participantes, conforme endereço informado neste Termo de Referência.

9.1.15. A Contratada se responsabilizará pelo fornecimento dos gases, objeto deste Termo de Referência, observadas as quantidades estimadas e condições pré-determinadas de acordo com as normas e procedimentos técnicos vigentes, assumindo, ainda, as responsabilidades civis, penais, criminais e demais sanções legais decorrentes do descumprimento destas.

9.1.16. Todos os cilindros deverão estar em conformidade e devidamente identificados seguindo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

9.1.17. Deverá ser considerado pela Contratada o fornecimento dos gases envasados em cilindros, sendo os cilindros fornecidos pela Contratada em caráter de comodato.

9.1.18. É facultada a equipe de fiscalização da COGIC e dos órgãos/ unidades participantes exigir da Contratada, quando julgar necessário, certificado de procedência ou certificado de análise da composição do gás. Para mistura de gases será exigido o fornecimento do certificado de análise de composição no momento da entrega do gás.

9.1.19. A Contratada ficará obrigada a fornecer instruções de manuseio, transporte, armazenamento e segurança dos cilindros à equipe do Almoxarifado da COGIC. Também poderão ser solicitados treinamentos básicos aos técnicos e/ou engenheiros das unidades para que em casos urgentes possam prestar o primeiro atendimento e/ou identificar falhas nos sistemas sendo que todo e qualquer treinamento ficará às expensas da contratada, não incorrendo ao contratante, nenhum custo adicional pela realização das treinagens necessárias.

9.1.20. Os cilindros, de propriedade da COGIC, levados para enchimento pela (s) empresa (s) contratada (s), devem ter a revalidação dos Testes Hidrostáticos, realizadas sem ônus; quando necessárias e solicitadas pelo (s) fiscal (is) das Unidade (s).

9.1.21. Deverá ser retirado, após o termino da validade da Ata, a retirada dos cilindros em comodato.

9.1.22. No que couber, consta no item 4.0 dos estudos técnicos preliminares requisitos de obrigação da contratada.

## **10. DA SUBCONTRATAÇÃO**

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **11. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **12. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

12.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **13. DO PAGAMENTO**

13.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

13.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

13.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3.1. Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

13.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

13.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

13.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

13.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

13.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

13.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	( 6 / 100 )	I = 0,00016438
		365	TX = Percentual da taxa anual = 6%

14. **DO REAJUSTE**
- 14.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 14.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA (*Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo*), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):
- $R = V (I - I^o) / I^o$ , onde:
- R = Valor do reajuste procurado;
- V = Valor contratual a ser reajustado;
- Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;
- I = Índice relativo ao mês do reajustamento;
- 14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 14.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 14.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 14.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 14.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 14.8. O reajuste será realizado por apostilamento.
15. **DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**
- 15.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:
- 15.1.1. Por se tratar de Registro de Preço e devido ao valor unitário contratado e o tipo de objeto não ser de grande complexidade técnica, entendemos não haver necessidade de garantia a execução.
16. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
  - b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - c) falhar ou fraudar na execução do contrato;
  - d) comportar-se de modo inidôneo;
  - e) cometer fraude fiscal;
- 16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- i) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado
  - ii) multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
  - iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
  - iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
  - v) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 16.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
- 16.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados:
- 16.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 16.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - 16.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
  - 16.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 16.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999, bem como a Portaria nº 150/2019 -

- Cogead que trata das condutas e dosimetria na aplicação da penalidade de impedimento de licitar.
- 16.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 16.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 16.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 16.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 16.9.1. Para avaliação da proporcionalidade das sanções, a autoridade competente observará, no que couber, os critérios objetivos para dosimetria de sanções administrativas, no âmbito da FIOCRUZ, dispostos na Portaria nº 150/2019-COGEAD, de 16/09/2019.
- 16.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 16.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 16.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 16.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
17. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.**
- 17.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 17.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 17.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 17.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
18. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**
- 18.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 78.969,24 (setenta e oito mil novecentos e sessenta e nove reais e vinte e quatro centavos).
19. **CRITÉRIO DE VISITA TÉCNICA OU DECLARAÇÃO**
- 19.1. A empresa interessada em formalizar proposta poderá realizar visita técnica junto ao CAD/ COGIC, para tomar conhecimento do local onde será fornecido os cilindros.
- 19.2. A visita tem por finalidade permitir que o licitante obtenha, além das informações precisas e claras das descrições dos itens, informações sobre aspectos que possam influir direta ou indiretamente na elaboração da proposta.
- 19.3. A visita técnica, embora não seja obrigatória, poderá ser agendada e realizada em até 03 (três) dias úteis anterior à data da licitação.
- 19.4. As empresas que realizarem a visita técnica receberão o Atestado de Visita, emitido pela CAD da COGIC devidamente assinado pelo servidor responsável no dia da visita.
- 19.5. A visita técnica deverá ser realizada por responsável técnico, possuindo documento de registro para comprovação. O agendamento, do órgão gerenciador, deverá ser realizado no horário das 08h30min às 16h00min, de segunda à sexta-feira, através dos telefones: (21) 2209-2108. Responsável: Hélio Silveira.
- 19.6. Os licitantes que optarem em não realizar a visita técnica, deverão enviar uma Declaração de Ciência assinada, comprometendo-se em atender de forma integral, ou seja, arcar com as condições ambientais, dificuldades técnicas / estruturais, independentemente da realização da visita técnica.
- 19.7. Àqueles que realizaram a visita deverão apresentar o formulário preenchido e assinado pela Administração.
20. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**
- 20.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: Coordenação de Administração / COGIC

Projeto: 00322000565 00019 - Aquisição de gases diversos para atendimentos das demandas do novo Centro de Pesquisas e Vigilância em Covid - 19 e Emergências Sanitárias, Biobanco e para a Gestão de Manutenção de Equipamentos.

Iniciativa: 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo

Ação Orçamentária: 2000 - Administração da Unidade-Custeio

Finalidade: 565 - Gestão Administrativa

Programa de Trabalho: 101.220.032.2000.0033

Fonte de Recurso: 0615100012 - LOA - Corrente

Elemento de Despesa: 339030 - Material de Consumo

Subelemento: 04 - Gás e Outros Materiais Engarrafados

Rio de Janeiro, datado e assinado digitalmente.

Hélio Coelho Silveira da Rosa  
Matrícula Siape nº 6465383  
Coordenação de Administração  
Coordenação de Infraestrutura dos Campi  
Fundação Oswaldo Cruz

**APROVAÇÃO MOTIVADA DO TERMO DE REFERÊNCIA**

A aquisição do material solicitado faz-se necessária a fim de se manter as pesquisas, principal Produto desta unidade da Fiocruz. A não aquisição pode representar a interrupção de alguns procedimentos e poderá acarretar em paralização das atividades da Instituição. Os itens são utilizados na COGIC e são indispensáveis para suas atividades em laboratórios e oficinas de manutenção, sendo assim, APROVO o Termo de Referência, bem como todas as condições nele dispostas e AUTORIZO a abertura do Pregão Eletrônico, conforme art. 38 da Lei Federal 8.666/93 e arts. 8º, inc. V e 13, Inc. III, do Decreto nº 10.024/2019.

Assinatura:

Ana Beatriz Alves Cuzzatti  
Coordenadora Geral  
Coordenação de Infraestrutura dos Campi  
Fundação Oswaldo Cruz  
Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi



Documento assinado eletronicamente por **HELIO COELHO SILVEIRA DA ROSA, Coordenador(ª) de Administração - CAD/COGIC**, em 24/03/2023, às 14:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Sousa da Fonseca, Ordenador por Subdelegação**, em 24/03/2023, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fiocruz.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2581191** e o código CRC **F17311B1**.